



A FORMAÇÃO DE LEITORES: CONTEXTOS HISTÓRICOS DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS NO BRASIL DE 1549 A 1945¹.

Nikolas Bigler; Dr. Carlos Roberto de Carvalho.

Graduado em Pedagogia; Doutor em Educação.

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

E-mail: Nikolas.Bigler@Gmail.com; Carlosbeto.carvalho@gmail.com.

Resumo

O presente artigo pretende demonstrar como a formação de leitores no Brasil está associada à fundação das primeiras bibliotecas públicas no país. Ao longo do texto ficará marcado como os contextos históricos no período de 1549 a 1945 criaram uma imagem do sujeito leitor, usuário das primeiras bibliotecas públicas no Brasil, que em suas configurações contribuiu para o afastamento da população brasileira da prática da leitura e da utilização desse espaço público.

Palavras-Chave: Formação de Leitores. História do Brasil. Bibliotecas Públicas do Brasil.

Introdução

Em 12 de novembro de 1981 o professor Paulo Freire fez uma fala na abertura do Congresso Brasileiro de Leitura, realizado em Campinas. O título de sua fala condizia com a proposta do evento que era *A importância do ato de ler*². Paulo Freire enfatiza que é indicotomizável a relação da leitura do mundo e a leitura da palavra, estabelecendo a união dos dois processos, sendo este indispensável para a constituição de um sujeito autônomo e crítico. Passados 36 anos da fala do professor Freire, a problemática da formação de leitores no Brasil ainda se faz presente nas principais discussões na área da educação.

Para o debate de tal temática, que este artigo pretende demonstrar como as primeiras bibliotecas públicas no Brasil contribuíram para o afastamento da população do hábito de ler. Este

¹ O presente artigo é fruto do trabalho final da disciplina *Educação Brasileira na Contemporaneidade*, do curso de Mestrado Acadêmico em Educação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; ministrada pelo professor Dr. Rodrigo Lamosa Cruz.

² FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 51.ed. São Paulo: Cortez, 2011.



trabalho se desenvolverá em uma perspectiva genealógica (Foucault, 2015) no qual não pretende proceder com somente uma causa, e sim, destacar elementos que juntos com outros fatores contribuíram para o afastamento do ato de ler.

Para tal o recorte do período será concentrado com a chegada da Ordem dos Jesuítas em 1549³ até 1945, no qual serão demonstrados os conflitos na relação biblioteca, sociedade, educação, governo e poder; na história das primeiras bibliotecas públicas no Brasil.

As primeiras bibliotecas públicas no Brasil (1549 – 1945)

A história das primeiras bibliotecas no Brasil está relacionada com o processo de colonização e as primeiras políticas educacionais (FREITAG, 2005). Nesse período, principalmente na Colônia e Império brasileiro, o Estado não era o responsável majoritário pelo sistema educacional. Essa incumbência era de responsabilidade principal da igreja Católica, que se iniciou com a chegada da Ordem dos Jesuítas em 1549.

Com o estabelecimento dos jesuítas surgem também as primeiras bibliotecas no Brasil, destinados predominantemente as elites letradas e não a população em geral, em maioria absoluta analfabeta.

(...) as bibliotecas mantidas por ordens religiosas ou por particulares, com o objetivo de oferecer apoio ao sistema educacional e ao desenvolvimento cultural de determinados grupos de indivíduos. Seus acervos eram formados por autores clássicos e obras especializadas, majoritariamente produzidas pelo pensamento europeu.

(OLIVEIRA, 1994, pg. 19).

Esse modelo de biblioteca predominou por cerca de 300 anos, do descobrimento do Brasil até a fundação da primeira biblioteca pública no país, na cidade de Salvador, Bahia, em 1811⁴. Esse espaço nasceu por iniciativa individual de Pedro Gomes Ferrão Castelo Branco, um senhor de engenho da região. A biblioteca se caracterizou pública por permitir o acesso livre da população em geral ao seu acervo, com a possibilidade do usuário retirar os livros por empréstimo.

Esta biblioteca era gerida pela sociedade e por subscrições de sócios, que financiavam a importação de livros e revistas da Europa. Este acervo também era composto por doações de livros

³ SAVIANI, 2012.

⁴ OLIVEIRA, 1994; GOMES, 1981.



de bibliotecas particulares, principalmente advindas desses sócios financiadores, e também da nobreza portuguesa que utilizava o local.

Em 1817, a Biblioteca registrava um acervo de aproximadamente 4000 volumes, dos quais 3000 em francês, além de um grande número de periódicos científicos, vindos da França e Inglaterra. A temática do acervo incluía astronomia, matemática, navegação e construção naval, arquitetura civil e militar, física, química e mineralogia, botânica e medicina, geografia e história, religião, filosofia, economia política, literatura latina e clássica francesa, mas poucas obras de literatura portuguesa e brasileira, e raros livros impressos no Rio de Janeiro e na Bahia. (...) a Biblioteca logo passou a contar com o apoio do Estado, na pessoa do Conde de Arcos.

(OLIVEIRA, 1994, pg.20)

O detalhamento do acervo deflagra a população atendida nesse espaço visto que a maior parte da coleção estava em francês ou inglês, o que restringia o uso do acervo para as elites letradas. Deste modo, o espaço biblioteca começa a ser um lugar de segregação da população, no qual a visão estereotipada do “templo do saber” ou “templo da cultura” passa a não pertencer para a utilização da população e sim aos homens letrados. Neste contexto, podemos compreender que o processo de leitura, a construção da imagem do sujeito leitor no Brasil, está sempre associado como práticas de grupos dominantes, sendo estas vetadas e até proibidas para os grupos populares.

Tal conjuntura pode ser constatada no romance *Triste fim de Policarpo Quaresma* do autor Lima Barreto⁵ (2016). O personagem principal do livro é o Major Policarpo Quaresma que é um homem morador do bairro de São Januário, na cidade do Rio de Janeiro, em meados de 1896, que tinha o hábito de ler. Os habitantes desse bairro do subúrbio, o compreendiam como um “homem superior” que não deveria estar ali junto deles, havia o entendimento dele ser um homem sonhador, louco e nobre devido sua formação literária.

-Por que ele lia tanto?

- Loucura – disse Florêncio

Genelício criticou o major:

- Ele não era formado. Pra que se meter com livros?

Sigismundo observou:

- Isso de livros é bom para sábios, doutores... Ter livros em casa devia até ser proibido para quem não tem título de doutor.

(LIMA BARRETO, 2016, pg.26)

⁵ Afonso Henriques de LIMA BARRETO (1881-1922) é um autor brasileiro negro que abordava em suas obras temáticas que envolviam o cotidiano dos subúrbios da cidade do Rio de Janeiro.



Como observado no diálogo acima, a subjetividade social brasileira em relação à leitura, literatura e livros; era que estes elementos culturais deveriam estar restritos aos grupos detentores dos saberes científicos, ou seja, dos homens letrados. Fatos que tem seus contextos implicitamente ligados à criação das primeiras bibliotecas públicas no Brasil.

De 1890 a 1930 apenas 27 bibliotecas públicas foram criadas por estados e municípios, a maioria delas na região sudeste, visto a demanda criada pelo desenvolvimento econômico e social nesta região. Era comum a falta de verbas para a manutenção do espaço, visto que todo o período de 1.549 a 1930 não havia uma política pública estatal para a criação, expansão e manutenção das bibliotecas. Segundo Gomes (1981) esse período marcou as bibliotecas públicas como símbolos da sociedade colonial, que reproduzia apenas a cultura europeia e erudita, para seus usuários, os brasileiros seletos e cultos.

A primeira política pública para Biblioteca nasce com o Decreto-Lei n° 93 de 21 de dezembro de 1937. Este documento criou o Instituto Nacional do Livro- INL, que tinha como responsabilidade promover a criação, organização e manutenção das bibliotecas públicas em todo o território nacional. A criação do INL atende a determinação do Plano Nacional da Educação – PNE de 1937, que estabelecia a necessidade da criação de bibliotecas permanentes e circulantes, considerando a relevância dos livros no processo educativo.

Neste cenário, a biblioteca pública sendo um espaço de divulgação cultural, prestadora de outros serviços a população, facilitadora do acesso a informação e responsável pelo desenvolvimento intelectual dos indivíduos; acaba ocupando um lugar secundários nas políticas do INL. Isso ocorre, pois o Estado Novo compreendia as bibliotecas públicas como as responsáveis pela guarda/armazenamento da cultura nacional estabelecida por suas políticas. Neste movimento, o governo controlava os acervos através do novo mercado editorial brasileiro que servia a interesses financeiros desqualificando os interesses populares.

Conclusão

O período analisado de 1549 a 1945 demonstram o nascimento das bibliotecas no Brasil e o início das primeiras políticas públicas nacionais. Com a chegada da ordem dos Jesuítas a 1811, todas as bibliotecas eram de cunho particular e de instituições religiosas, no qual tinham seus usuários seletos a acervos específicos, principalmente de cultura europeia e erudita. A partir da primeira biblioteca pública de Salvador até o decreto de lei de 1937 é marcado um período de



construção de algumas bibliotecas públicas, realizadas por reivindicações de homens letrados que tinham o ideal de que o acesso aos livros deveria ser para todos. Aqui, é marcada a imagem da biblioteca pública, a ideia de cultura e a compreensão de um espaço do saber como local direcionado as elites regionais, principalmente aos homens letrados. Concebe-se que toda a temporada explorada por este trabalho, marca um processo regulador subjetivo de afastamento da população a estes saberes, sendo estes conhecimentos vetados aos grupos populares por inúmeros discursos sobre os leitores, como visto no exemplo do *Major Policarpo Quaresma* de Lima Barreto (2016). Para Freire (2014b), o sistema opressor das classes sociais é regulado tanto por opressores quanto pelos oprimidos, fato que fica evidenciado ao observar os contextos e discursos das primeiras bibliotecas públicas no Brasil.

Toda a conjuntura apontada neste texto demonstra que a ausência de uma nação brasileira leitora⁶ não é mera obra de um acaso. Desde o seu início, a biblioteca pública é um espaço que construiu discursos e subjetividades que contribuíram para o afastamento das classes populares de uma prática de leitura, reproduzindo um sistema que favorece as hegemonias existentes. Fato que continua contemporaneamente nos discursos da população sobre a prática de leitura, inclusive em universidades públicas e movimentos sociais. É necessário conceber a importância da leitura, do conhecimento literário para a compreensão do mundo existente e suas possibilidades de mudança. Para Freire (2014b; 2015) o processo revolucionário, a libertação das opressões existentes aos grupos sociais se inicia, impreterivelmente, com uma revolução cultural através de um conhecimento de mundo.

Referências

BRASIL. **Decreto-Lei nº 93 de 21 de dezembro de 1937**. Cria o Instituto Nacional do Livro.

GOMES, S.C. **Bibliotecas e sociedade na primeira república Brasileira**: fatores sócio-culturais que atuaram na criação e instalação de bibliotecas de 1890 a 1930. 1981. 122f. Dissertação de Mestrado em Administração de Bibliotecas – Programa de Pós-graduação em Administração de Bibliotecas, UFMG, Belo Horizonte, 1981.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. 49.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014a.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 57.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014b.

_____. **Política e educação**. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

⁶ PERRISÉ, 2014; FREIRE, 2011.



_____. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. 51.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FREITAG, B. **Escola, Estado e Sociedade.** 7.ed. São Paulo: Centauro, 2005.

LIBÂNEO, J.C. **Pedagogia e Pedagogos, para quê?** 12.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LIMA BARRETO, A. H. **Triste fim de Policarpo Quaresma.** Porto Alegre: L&PM, 2016.

MARTINS, A. S; NEVES, L.M.V. (orgs.). **Educação básica: tragédia anunciada?.** São Paulo: Xamã, 2015.

OLIVEIRA, Z.C.P. **A biblioteca “fora do tempo”:** políticas governamentais de bibliotecas públicas no Brasil, 1937-1989. 1994. 222f. Tese de Doutorado em Ciência da Comunicação – Programa de Pós-graduação em Ciência da Comunicação, USP, São Paulo, 1994.

SAVIANI, D. **A Pedagogia no Brasil: história e teoria.** 2.ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

SHIROMA, E.O; MORAES, M.C.M; EVANGELISTA, O. **Política Educacional.** 4.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.